

05 JAN 1991

GAZETA MERCANTIL — S

• Política

CASA GR

LEGISLATIVO

Congresso Nacional

Sem certeza de quórum, o Congresso reabre para apreciar medidas polêmicas

por João Alexandre Lombardo de Brasília

A política salarial volta a ser o principal tema do Congresso quando o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) abrir, às 18h30 desta segunda-feira, a sessão que marcará o início da convocação extraordinária do Legislativo. Não será, no entanto, o único assunto polêmico. Na última sexta-feira, líderes partidários e governistas manifestaram opiniões divergentes sobre as medidas que tratam de aluguéis, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e extinção ou privatização do Lloyd Brasileiro.

Além de divergências em torno do mérito das matérias, o Congresso reabre seus trabalhos com uma expectativa: conseguir ou não reunir um número mínimo de 248 deputados e 38 senadores para apreciar as cinco medidas provisórias. Estão previstas para esta segunda e terça-feira as chegadas, em Brasília, dos líderes do PMDB, PFL,

PSDB, PDS, PTB e dos partidos de esquerda. Resta saber se as bancadas atenderão à convocação feita pela mesa do Congresso, dúvida levantada por algumas lideranças.

O líder do governo, senador José Ignácio Ferreira (PST-ES), demonstrou otimismo, na última sexta-feira, quanto à possibilidade de haver acordo para aprovar — mesmo que com algumas divergências — três medidas provisórias: a 288, que trata da privatização ou extinção do Lloyd Brasileiro; a 289, referente ao ITR; e a 290, que regula os reajustes das mensalidades escolares. Para ele, a medida que trata do ITR deverá gerar alguma polêmica, mas superável, assim como a que se refere ao Lloyd Brasileiro. Ele prevê, por exemplo, que o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), deverá questionar esta última medida; já que defende interesses dos marítimos. Mas não acredita que isso inviabilize a aprovação.

Quanto às medidas que tratam de salário e aluguéis, José Ignácio não soube prever o que poderá acontecer. "O salário será o tema mais polêmico", garantiu. Quanto à medida referente à cobrança das mensalidades escolares, o senador acha que a nova fórmula traçada pelo governo deverá abrir caminho para o entendimento.

A privatização do Lloyd Brasileiro deverá, porém, encontrar outras resistências. O líder em exercício do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), disse na sexta-feira que só aceitará a privatização se ela for restrita às empresas nacionais. Ele afirmou também que seu partido irá emendar a medida que trata do ITR, porque considera que, como está, o texto "favorece os latifundiários".

Já com relação à Medida Provisória 292, que trata da livre negociação salarial, Brandão acha a reedição inconstitucional, por considerar que a Medida Provisória 273 (que tratava do

mesmo assunto) foi rejeitada com a aprovação do projeto de conversão prefixando preços e salários. O líder em exercício do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar, adiantou que considera difícil um novo acordo em torno do assunto, por causa do veto presidencial ao projeto de conversão do Congresso. Dentro dessa discussão, o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), chegou a levantar a possibilidade da Câmara discutir a rejeição da medida 292. O problema, no entanto, poderá ser o abono embutido no texto.

Na sessão desta segunda-feira, Nelson Carneiro vai ler o ato de convocação do Congresso e as medidas, solicitando também aos líderes partidários que indiquem os relatores. As medidas 288, 289, e 290 precisarão ser apreciadas com mais urgência, elas foram editadas em dezembro e perdem a validade no dia 16. Já a apreciação da 291 e 292 poderá estender-se até 31 de janeiro.